

Governo açoriano quer adaptar à Região directivas comunitárias para a construção civil

As actuais soluções técnicas para o comportamento térmico e climatização foram pensadas para o Norte da Europa, não servem o nosso clima e há que adaptar as normas aos Açores

O Director Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações revelou ontem, em Ponta Delgada, que está em curso uma reforma da legislação com implicações no sector da construção civil, de forma a “adaptar à Região” as directivas comunitárias que não se coadunam com a realidade dos Açores.

“O objectivo concreto é, por um lado, criar condições do ponto de vista legal para que haja uma redução de custos de contexto e/ou de

construção e, por outro lado, adaptar à Região legislação e regulamentos que foram concebidos de acordo com directivas comunitárias que, do ponto de vista do Governo dos Açores, carecem de melhorias técnicas na área da construção civil nos Açores”, afirmou Bruno Pacheco.

O Director Regional, que falava aos jornalistas depois de se ter reunido com as secções regionais das Ordens dos Arquitectos, dos Engenheiros e dos Engenheiros Técnicos, salientou que estes encontros serviram para “explicar os objectivos genéricos do Governo dos Açores relativamente a este processo de reforma e para esclarecer quais as metas específicas e em que matérias o Governo deve iniciar essa reforma”.

“A reforma da legislação em vigor refere-se concretamente à revisão de normas relacionadas com o comportamento térmico dos edifícios e com a climatização dos mesmos”, esclareceu Bruno Pacheco, frisando que as directivas comunitárias foram “concebidas para padrões meteorológicos e climatéricos do centro e do norte da

Europa, com am-

plitudes térmicas muito elevadas, que não se coadunam com a realidade da Região”.

O Director Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações sublinhou que essas amplitudes térmicas têm reflexo di-

recto na escolha dos materiais utilizados na construção civil, considerando que, no caso dos Açores, “as soluções técnicas exigidas pela legislação são exageradas”.

Nesse sentido, salientou que “o sobredimensionamento dos projectos leva a que, por vezes, haja um sobrecusto na construção, o que contribui para onerar o investimento público e, sobretudo, o privado”.

O Director Regional afirmou que “o Governo pretende aliviar esse investimento”, adaptando à realidade da Região e ao seu contexto socioeconómico e climatérico essas directivas comunitárias.

Bruno Pacheco referiu ainda que, com esta reforma legislativa, se pretende também “dar um sinal às empresas na área da construção de que o Governo dos Açores está empenhado em criar condições de contexto para que a sua actividade seja estável e com o menor custo possível, mas sem nunca pôr em causa a segurança de bens e pessoas”.

O Director Regional admitiu que, durante o primeiro trimestre deste ano, deverá estar realizada uma parte substancial do trabalho que envolve o pacote inicial de reformas, acrescentando que este é um processo que irá decorrer ao longo de toda a legislatura.



Bruno Pacheco reuniu com as secções regionais das Ordens dos Arquitectos, dos Engenheiros e dos Engenheiros Técnicos

COMÉRCIO COM ROSTO



Agroutil Ida.

ZONA COMERCIAL DOS VALADOS
RUA ANTÓNIO MEDEIROS ALMEIDA, 28-29
9500-652 ARRIFES - PONTA DELGADA
TELEFONE: 296 684 370
FAX: 296 684 380
Email: agroutilacores@hotmail.com

Valiant
quality milk
system



CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DAS ILHAS DE SÃO MIGUEL E SANTA MARIA